

State Grid Serviços de Engenharia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e Relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **State Grid Serviços de Engenharia S.A.** (“**SGSE**” ou “**Companhia**”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A companhia

A State Grid Serviços de Engenharia S.A. é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 03 de dezembro de 2018 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1303 (parte), Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia foi constituída com o propósito de prestação de serviços e gerenciamento das atividades à pré-operação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, em todo o território nacional; execução de atividades nas áreas de infraestrutura, elétrica, eletrônica, mecânica, eletromecânica, de telecomunicações, construção, instalações e montagem, bem como demais serviços de engenharia, compreendidas dentre os diversos ramos do Sistema Interligado Nacional (tais como geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; atividades de engenharia relacionadas a elaboração, revisão, adequação e gerenciamento de projetos; a realização de operações de locação relacionadas a veículos e equipamentos, quando tais operações estejam ligadas ao propósito social da Companhia; prestação de serviços de consultoria e serviços de construção civil.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Desempenho Financeiro:

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 E 2020 são:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	5,09	5,93
• Liquidez corrente	5,09	5,93
• Relação patrimônio líquido/ativo	80,34%	83,15%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	15,08%	61,24%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	38,68%	77,67%
Ativos totais – R\$	2.555.713	2.100.522
Lucro / Prejuízo do exercício – R\$	309.686	1.069.535



3) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

4) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

5) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
State Grid Serviços de Engenharia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da State Grid Serviços de Engenharia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da State Grid Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e nº 16. Portanto as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

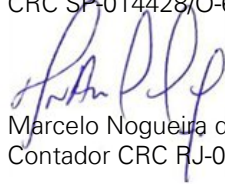
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

State Grid Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.266.227	1.566.288
Impostos a recuperar		20	29.120
Contas a receber – partes relacionadas	16	288.785	505.114
Adiantamento a fornecedores		681	-
		<u>2.555.713</u>	<u>2.100.522</u>
Total do ativo		<u>2.555.713</u>	<u>2.100.522</u>
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores terceiros		20.670	6.750
Fornecedores partes relacionadas	16	4.114	29.129
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6	37.162	56.955
Outros impostos a pagar	6	36.439	22.057
Obrigações sociais e trabalhistas	7	393.980	231.969
Dividendos	9	10.092	7.150
		<u>502.457</u>	<u>354.010</u>
Patrimônio líquido	9		
Capital social		1.001.000	1.001.000
Reserva legal		53.117	37.633
Reserva de lucros		999.139	707.879
		<u>2.053.256</u>	<u>1.746.512</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.555.713</u>	<u>2.100.522</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	10	1.623.783	2.528.415
Custo da operação	11	<u>(1.751.974)</u>	<u>(1.029.470)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>(128.191)</u>	<u>1.498.945</u>
Despesas gerais e administrativas	12	(127.086)	(142.515)
Outras receitas operacionais líquidas	13	<u>1.049.509</u>	<u>-</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>794.232</u>	<u>1.356.430</u>
Resultado financeiro	14	<u>58.484</u>	<u>(1.702)</u>
Receita financeira		59.404	1.911
Despesa financeira		<u>(920)</u>	<u>(3.613)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>852.716</u>	<u>1.354.728</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	<u>(543.030)</u>	<u>(285.193)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>309.686</u>	<u>1.069.535</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	<u>309.686</u>	<u>1.069.535</u>
Resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>309.686</u>	<u>1.069.535</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.001.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(316.873)</u>	<u>684.127</u>
Lucro líquido líquido do exercício	-	-	-	1.069.535	1.069.535
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 9)	-	37.633	-	(37.633)	-
Destinação de lucros a reserva de lucros (Nota explicativa 9)	-	-	707.879	(707.879)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 9)	-	-	-	(7.150)	(7.150)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.001.000</u>	<u>37.633</u>	<u>707.879</u>	<u>-</u>	<u>1.746.512</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	309.686	309.686
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 9)	-	15.484	-	(15.484)	-
Destinação de lucros a reserva de lucros (Nota explicativa 9)	-	-	291.260	(291.260)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 9)	-	-	-	(2.942)	(2.942)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.001.000</u>	<u>53.117</u>	<u>999.139</u>	<u>-</u>	<u>2.053.256</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos impostos	<u>852.716</u>	<u>1.354.728</u>
Aumento (redução) nos ativos		
Contas a receber - partes relacionadas	216.329	(505.114)
Outros impostos a recuperar	29.100	(29.120)
Adiantamento a fornecedores	<u>(681)</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores terceiros e partes relacionadas	(11.095)	6.749
Tributos e contribuições sociais	28.520	15.614
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(511.712)	(172.472)
Outros impostos pagos	(65.249)	(101.532)
Outros passivos	<u>162.011</u>	<u>116.161</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	<u>699.939</u>	<u>685.014</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>699.939</u>	<u>685.014</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>1.566.288</u>	<u>881.274</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>2.266.227</u>	<u>1.566.288</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Informações gerais

A State Grid Serviços de Engenharia S.A.. (“SGSE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 03 de dezembro de 2018 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1303 (parte), Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia foi constituída com o propósito de prestação de serviços e gerenciamento das atividades à pré-operação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, em todo o território nacional; execução de atividades nas áreas de infraestrutura, elétrica, eletrônica, mecânica, eletromecânica, de telecomunicações, construção, instalações e montagem, bem como demais serviços de engenharia, compreendidas dentre os diversos ramos do Sistema Interligado Nacional (tais como geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; atividades de engenharia relacionadas a elaboração, revisão, adequação e gerenciamento de projetos; a realização de operações de locação relacionadas a veículos e equipamentos, quando tais operações estejam ligadas ao propósito social da Companhia; prestação de serviços de consultoria e serviços de construção civil.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes. No que se refere ao impacto na receita, nos exercícios de 2020 e de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,2% em 2020 e 0,4% no exercício de 2021, respectivamente R\$ 32.023 (trinta e dois mil e vinte e três reais) e R\$ 37.941 (trinta e sete mil novecentos e quarenta e um reais), patamar considerado imaterial.

2 Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 11 de março de 2022.

2.1 *Uso de estimativas e julgamentos*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.3 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.3 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 32% para IRPJ e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para a contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.5 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.7 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos devem ser registrados de acordo com o CPC 48, onde os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Abaixo mais detalhes das três categorias:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 é representado pelo modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.8 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.9 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.
- (b) Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.

a. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- CPC 32 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	758.942	197.126
Aplicações financeiras (i)	<u>1.507.285</u>	<u>1.369.162</u>
	<u>2.266.227</u>	<u>1.566.288</u>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio de aplicação automática, ou seja, toda sobra de caixa é aplicada automaticamente e os resgates também são realizados automaticamente quando necessário para cobrir o pagamento de despesas. Estas aplicações podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e ofereceram uma remuneração média atrelada à taxa de 95,00% do CDI.

6 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a pagar	27.048	46.313
CSLL a pagar	<u>10.114</u>	<u>10.642</u>
	<u>37.162</u>	<u>56.955</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
INSS empregado	23.207	15.681
FGTS a pagar	9.189	6.040
ISS a pagar	1.993	-
Pis e Cofins a pagar	1.000	-
Outros	<u>1.050</u>	<u>336</u>
	<u>36.439</u>	<u>22.057</u>

7 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Férias	142.335	91.538
IRRF funcionários	27.079	15.958
Bônus	<u>224.566</u>	<u>124.473</u>
	<u>393.980</u>	<u>231.969</u>

A variação refere-se principalmente ao aumento do quadro de funcionários da companhia.

8 Provisão para contingências

Não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que referem-se a uma obrigação presente resultante de um evento passado que gere a necessidade de um desembolso de caixa futuro e, por conseguinte, constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários e tampouco há ações movidas contra Companhia cujo prognóstico de perda esteja classificado como “possível” e, portanto, não havendo necessidade de divulgação conforme os requerimentos do CPC 25.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.001.000 (um milhão e um mil reais) dividido em 1.001.000 ações ordinárias e nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	309.686	1.069.535
Absorção de prejuízo	-	(316.873)
Reserva legal (5%)	<u>(15.484)</u>	<u>(37.633)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>294.202</u>	<u>715.029</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>2.942</u>	<u>7.150</u>

Através da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, a Administração da Companhia aprovou a distribuição mínimos obrigatórios no valor de R\$ 7.150 (sete mil cento e cinquenta reais). Os dividendos serão pagos no exercício de 2022

10 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	<u>1.796.076</u>	<u>2.728.984</u>
Renda da prestação de serviços	1.796.076	2.728.984

	31/12/2021	31/12/2020
Deduções da receita operacional	<u>(172.293)</u>	<u>(200.569)</u>
PIS	(11.674)	(17.738)
COFINS	(53.882)	(81.870)
ISS	<u>(106.737)</u>	<u>(100.961)</u>
	<u>1.623.783</u>	<u>2.528.415</u>

Em 2020, de acordo com procedimento de rede elaborado pelo ONS com a participação de agentes e aprovado pela ANEEL, a Companhia iniciou serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes e verificação de conformidade em equipamentos e sistemas.

- (i) Variação refere-se substancialmente ao encerramento dos contratos da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMC"), Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE"), Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") e Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE").

11 Custo da operação

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal (i)	(1.627.607)	(1.029.120)
Tributos (ii)	(123.102)	-
Materiais	(1.015)	-
Gastos diversos serviços de O&M	<u>(250)</u>	<u>(350)</u>
	<u>(1.751.974)</u>	<u>(1.029.470)</u>

- (i) Variação refere-se a aumento de pessoal no quadro de funcionários da companhia.

- (ii) O saldo em 2021 refere-se a ICMS sobre venda de óleo.

12 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros (i)	(98.737)	(120.786)
Pessoal	(3.136)	(12.490)
Tributos	(2.440)	(3.481)
Materiais	(7.213)	(2.504)
Arrendamentos e alugueis	(216)	-
Despesas de viagens	(10.936)	-
Gastos diversos	<u>(4.408)</u>	<u>(3.254)</u>
	<u>(127.086)</u>	<u>(142.515)</u>

- (i) Em 2020 houve aumento de despesas com auditoria externa (EY) decorrente da reapresentação das demonstrações financeiras do Grupo de 31 de dezembro de 2019.

13 Outras receitas operacionais líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas (i)	1.089.267	-
Tributos sobre a Receita	<u>(39.758)</u>	<u>-</u>
	<u>1.049.509</u>	<u>-</u>

- (i) Valor refere-se substancialmente a venda da sucata de óleo em atendimento as exigências dos órgãos estaduais e federais pelo comprador Falub Indústria e Comércio de Lubrificantes Ltda.

14 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira	<u>59.404</u>	<u>1.911</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	59.404	1.911
Despesa financeira	<u>(920)</u>	<u>(3.613)</u>
Multas e acréscimos moratórios	(836)	(3.609)
Outras despesas financeiras	<u>(84)</u>	<u>(4)</u>
	<u>58.484</u>	<u>(1.702)</u>

- (i) Variação refere-se a renda de valores aplicados no exercício de 2021 referentes a sobra de caixa

15 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas	<u>1.796.076</u>	<u>2.728.984</u>
Base de cálculo (32%)	574.745	874.187
Outras receitas	<u>1.092.992</u>	<u>912</u>
Base de cálculo	1.667.737	875.099
IR devido	(392.934)	(206.547)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	<u>-</u>	<u>29</u>
Total de IRPJ	<u>(392.934)</u>	<u>(206.518)</u>

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas	<u>1.796.076</u>	<u>2.728.984</u>
Base de cálculo (32%)	574.745	874.187
Outras receitas	<u>1.092.992</u>	<u>912</u>
Base de cálculo	1.667.737	875.099
CSLL devida	(150.096)	(78.677)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	<u>-</u>	<u>2</u>
Total de CSLL	<u>(150.096)</u>	<u>(78.675)</u>
Total de IRPJ/CSLL	<u>(543.030)</u>	<u>(285.193)</u>

16 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações de empresas do Grupo, os quais:

16.1 Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>288.785</u>	<u>505.114</u>
Atlântico Transmissora de Energia (i)	20.648	18.989
Iracema Transmissora de Energia (i)	30.659	28.132
Itumbiara Transmissora de Energia (i)	11.573	10.644
Linhas de Transmissão Montes Claros (i)	-	16.930
Porto Primavera Transmissora de Energia (i)	-	29.720
Paranaíba Transmissora de Energia (i)	-	18.202
Serra da Mesa Transmissora de Energia (i)	188.505	-
Serra Paracatu Transmissora de Energia (i)	-	100.745
Xingu Transmissora de Energia (i)	37.400	281.752

16.2 Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas	<u>4.114</u>	<u>29.129</u>
Xingu Transmissora (ii)	-	20.350
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora (ii)	4.114	8.779

16.3 Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	<u>1.796.076</u>	<u>2.728.984</u>
Araraquara Transmissora de Energia (i)	6.201	35.137
Atlântico Transmissora de Energia (i)	236.163	257.711
Iracema Transmissora de Energia (i)	347.694	393.851
Itumbiara Transmissora de Energia (i)	120.799	126.205
Linhas de Transmissão Montes Claros (i)	118.507	171.714
Porto Primavera Transmissora de Energia (i)	59.443	195.312
Paranaíba Transmissora de Energia (i)	-	18.202
Serra da Mesa Transmissora de Energia (i)	188.505	-
Serra Paracatu Transmissora de Energia (i)	100.745	906.700
Xingu Transmissora de Energia (i)	618.019	654.152

- (i) Valores referem-se à prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia conforme contratos firmados entre a SGSE e as Concessionárias do Grupo; Variação refere-se substancialmente ao encerramento dos contratos da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“LTMC”), Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE”), um contrato da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE”) e Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“SPTE”).
- (ii) Valores referem-se à transferência de funcionários entre empresas do Grupo.

17 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 17.1, não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

17.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.266.227	1.566.288
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	16	288.785	505.114
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - terceiros	-	20.670	6.749
Fornecedores - partes relacionadas	15	4.114	29.129

17.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	2.266.227	1.566.288

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

18 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.